

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Cromex S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Cromex S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cromex S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 21 de março de 2014



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



André Rafael de Oliveira
Contador
CRC nº 1 SP 220308/O-1

CROMEX S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.741	12.490	Fornecedores	10	68.106	84.342
Contas a receber	6	48.536	51.160	Empréstimos e financiamentos	11	72.638	50.313
Estoques	7	77.059	73.114	Debêntures	12	13.307	7.069
Impostos a recuperar	8	13.546	15.018	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	9.562	5.750
Créditos de operações com instrumentos financeiros derivativos	4.g)	623	-	Obrigações tributárias	14	1.775	2.801
Outros créditos		2.904	3.173	Partes relacionadas	24	1.648	-
Total do ativo circulante		<u>156.409</u>	<u>154.955</u>	Outras obrigações		<u>930</u>	<u>946</u>
				Total do passivo circulante		<u>167.966</u>	<u>151.221</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	8	102	152	Empréstimos e financiamentos	11	26.627	36.255
Depósitos judiciais		1.297	1.114	Debêntures	12	25.654	26.534
Partes relacionadas	24	86.085	81.084	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	2.855	2.969
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.a)	14.295	14.710	Obrigações tributárias	14	<u>808</u>	<u>1.150</u>
Outros créditos		-	716	Total do passivo não circulante		<u>55.944</u>	<u>66.908</u>
Imobilizado	9	43.210	41.781				
Intangível	9	<u>1</u>	<u>226</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		<u>144.990</u>	<u>139.783</u>	Capital social	17	129.781	129.781
				Reservas de capital		12.847	12.847
				Reserva de lucros		726	726
				Ajustes de avaliação patrimonial		(855)	3.616
				Prejuízos acumulados		<u>(65.010)</u>	<u>(70.361)</u>
						<u>77.489</u>	<u>76.609</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>301.399</u></u>	<u><u>294.738</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>301.399</u></u>	<u><u>294.738</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CROMEX S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	18	428.648	398.172
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	19	(348.885)	(345.069)
LUCRO BRUTO		<u>79.763</u>	<u>53.103</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Com vendas	19	(31.597)	(27.573)
Gerais e administrativas	19	(31.977)	(28.840)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	3.064	477
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>19.253</u>	<u>(2.833)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	6.475	11.047
Despesas financeiras	21	(16.235)	(16.931)
Variação cambial líquida		(288)	(4.355)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>9.205</u>	<u>(13.072)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	16.b)	(1.281)	-
Diferidos	16.b)	(2.667)	13.207
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>5.257</u>	<u>135</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$	17.e)	<u>40,51</u>	<u>1,04</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CROMEX S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.257	135
Varição do valor justo de "hedge" de fluxo de caixa, líquido dos impostos	4.h)	(4.377)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u>880</u>	<u>135</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CROMEX S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital		Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva especial de ágio	Reserva legal			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		129.781	42.421	(29.574)	726	3.785	(70.665)	76.474
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(169)	169	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	135	135
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		129.781	42.421	(29.574)	726	3.616	(70.361)	76.609
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	(94)	94	-
Variação do valor justo de "hedge" de fluxo de caixa, líquido dos impostos	4.h)	-	-	-	-	(4.377)	-	(4.377)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.257	5.257
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>129.781</u>	<u>42.421</u>	<u>(29.574)</u>	<u>726</u>	<u>(855)</u>	<u>(65.010)</u>	<u>77.489</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CROMEX S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		5.257	135
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9	3.055	3.510
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado	9	316	173
Encargos e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos		9.536	13.798
Juros sobre mútuos a receber de partes relacionadas		(5.001)	(9.783)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	(114)	89
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	1.463	503
Provisão para perdas nos estoques	7	2.404	66
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b)	2.667	(13.207)
		<u>19.583</u>	<u>(4.716)</u>
Redução (aumento) dos ativos:			
Contas a receber		1.161	(75)
Estoques		(6.349)	15.049
Impostos a recuperar		1.472	(3.811)
Outros créditos		(354)	(756)
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores		(16.236)	20.063
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		3.812	1.419
Obrigações tributárias		(1.026)	150
Outras obrigações		(358)	190
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		<u>(5.303)</u>	<u>(6.171)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(3.598)</u>	<u>21.342</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado e intangível	9	<u>(2.927)</u>	<u>(4.083)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(2.927)</u>	<u>(4.083)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos e financiamentos		81.903	35.655
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal		<u>(74.127)</u>	<u>(48.492)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		7.776	(12.837)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>1.251</u>	<u>4.422</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		12.490	8.068
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		13.741	12.490
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>1.251</u>	<u>4.422</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CROMEX S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Considerações gerais

A Cromex S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado 100% nacional, com sede na cidade de São Paulo - SP. Seus negócios estão na cadeia químico-plástica, participando na terceira geração que reúne os transformadores plásticos, e foram iniciados em 1998, resultado da fusão das empresas Brampac S.A. - Divisão Cromex Resinas e Branco Indústria e Comércio Ltda. - Divisão de “Masterbatches”.

Atualmente, é líder absoluta do mercado nacional e com presença no exterior em mais de 60 países.

A Companhia tem como objeto social a produção e a comercialização de uma completa linha de concentrados de cores “Masterbatches” e aditivos para resinas plásticas, bem como compostos termoplásticos, conforme descrição a seguir, e que representaram 77% do total das receitas em 2013. Os produtos consistem de insumos industriais, e as vendas são feitas nos mercados interno e externo diretamente a outras indústrias conversoras de plásticos ou por meio de distribuidores.

- Pigmentos de cor “Masterbatches” - trata-se do principal segmento com cerca de 80% das receitas da Companhia, com mais de 13.000 cores desenvolvidas, e destaque para as cores branco e preto, além de coloridos diversos, principalmente na forma de granulados, e líquidos com a marca Dispermix.
- Concentrados de aditivos - compreendem produtos com propriedade “anti-blocking”, antiestático, deslizante e estabilizadores, entre outros, para aplicação em termoplásticos e que representam quase 18% do total das receitas.
- Compostos termoplásticos - esses produtos especiais referem-se a “blendas” com a composição de materiais plásticos distintos, como ABS, PC e nylon, entre outros, com diversas aplicações, representando em torno de 5% das receitas totais.

O parque industrial é composto por duas unidades fabris nos Estados da Bahia e de São Paulo:

- Planta BA (Simões Filho) - dedica-se à fabricação de concentrados de cor branca e preta e aditivos.
- Planta SP (São Paulo) - dedica-se à fabricação de concentrados coloridos e líquidos e compostos.

Em 10 de outubro de 2012, a Companhia anunciou a fusão de suas atividades com a Resinet Importação e Exportação S.A. (“Resinet”), empresa comercial fundada em 1999 voltada para a distribuição de resinas plásticas, adquiridas principalmente do exterior, cujo controle societário é comum ao da Companhia.

O início da integração dos negócios das empresas ocorreu a partir de 2 de janeiro de 2013, e desde então a Companhia incorporou um novo segmento, qual seja a revenda de termoplásticos, dividida entre os tipos “commodities” (PE, PP e PS) e especialidades ou plásticos de engenharia (ABS, PA, PBT, PC, POM, PMMA, PVC, etc.).

Esse novo segmento de negócio da Companhia passou a representar cerca de 20% do total de suas receitas, e a clientela da distribuição são principalmente pequenas e médias empresas de transformação de plástico e indústrias com conversão própria.

A distribuição dos produtos ocorre por faturamento direto das unidades fabris e por meio de um Centro de Distribuição - CD na cidade de São Paulo, além de filial na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

A maior parte da receita do segmento Indústria da Companhia, “concentração de vendas”, advém dos concentrados de cor, sobretudo brancos e pretos, e uma parcela significativa dos insumos, “concentração de matéria-prima”, é a resina básica, principalmente polietileno, e materiais para formulação de cor, tais como dióxido de titânio (branco) e negro de fumo (preto). Caso o preço desses insumos tenha um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar de imediato esse aumento aos preços de seus produtos ou reduzir custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional pode ser impactada, inexistindo mecanismos de mercado para um “hedge perfeito”.

No segmento de Distribuição há certo equilíbrio entre as vendas dos produtos “commodities” (60%) e especialidades ou plásticos de engenharia (40%), sendo uma atividade de revenda cujas condições de comercialização acompanham muito próximo a dinâmica do mercado de resinas, sendo as margens menos suscetíveis a impactos por oscilações de preços.

Em ambos os segmentos, os negócios da Companhia têm influência das variações das cotações das resinas plásticas e de outros insumos correlatos nos mercados doméstico e internacional, bem como das cotações de câmbio que referenciam os preços internos. As informações por segmentos de negócios estão apresentadas na nota explicativa nº 22.

1.2. Posição patrimonial e financeira

Em 2010, a Companhia efetuou uma operação de “Management Buy Out - MBO” através de emissão de debêntures não conversíveis com o repasse dos recursos e financiamento do seu acionista controlador Duge Participações Ltda., com o propósito de adquirir a participação societária de 50% da Companhia detida por outro acionista.

Ainda em 2010 até parte de 2012, a Companhia defrontou-se com situações adversas de mercado, com retração de vendas tanto nos mercados interno quanto externo (este agravado pelo panorama difícil nos países desenvolvidos), novos entrantes locais e aumentos nos preços de insumos e outros custos industriais, incluindo mão de obra, e logísticos.

Em face desse quadro, a Companhia registrou resultados negativos e baixa geração de caixa, levando à contratação de novos empréstimos para formação de estoques preventivos diante dos elevados aumentos de preços de alguns dos principais insumos (inclusive denominados em dólares norte-americanos) e para financiamento de capital de giro e vendas ao mercado externo.

Somado a isso, nesse período também houve forte desvalorização do real, provocando um aumento de R\$20.459 na dívida atual denominada em moeda estrangeira, originária de linhas de “Trade finance” (Adiantamentos de Contratos de Câmbio - ACC e Pré-Pagamentos de Exportação - PPE), quase toda de médio e longo prazos e exigibilidade imediata não relevante.

Como consequência, a Companhia acumulou relativo desbalanceamento de sua posição financeira, com alto endividamento e baixo índice de liquidez corrente. Não obstante, mantém em perfeita normalidade os pagamentos de todas as suas obrigações comerciais, tributárias e bancárias, incluindo juros e amortizações contratuais.

Desde meados de 2012, no entanto, a Companhia vem se posicionando para garantir melhores margens operacionais e promovendo diversas ações de reestruturação (conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.3. e nº 1.4.), entre as quais o alinhamento contínuo de seus preços de venda. Disso resultou a recuperação de suas margens de comercialização (a margem bruta cresceu 5,3 pontos percentuais em 2013 em relação a 2012) e maior lucratividade no exercício de 2013, expressa no resultado operacional medido pelo “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” de R\$22,3 milhões (R\$1,7 milhão em 2012) e no lucro líquido de R\$5,3 milhões (R\$135 mil em 2012).

A trajetória positiva também está refletida na margem EBITDA, que cresceu de 0,4% em 2012 para 5,2% em 2013, e na relação Dívida Líquida/EBITDA, que reduziu significativamente de 72,4 no fim de 2012 para 5,5 em 31 de dezembro de 2013.

1.3. Planos da Administração

Entre as ações tomadas pela Administração para melhorar os resultados e o nível de liquidez nos exercícios de 2012 e de 2013 destacam-se as seguintes:

- a) Reorientação da gestão comercial para privilegiar a obtenção de melhores margens de contribuição em detrimento de volumes com negócios pouco rentáveis. Em 2013, o volume de vendas no segmento da Indústria reduziu 17% em relação a 2012, mas alcançou uma margem (bruta) financeira superior em R\$27,0 milhões.
- b) Realinhamento de preços médios de 12,8% mediante variações de 8,7% nos custos médios no segmento da Indústria, para aumentar a rentabilidade e sustentar margens de comercialização e objetivos de resultado.
- c) Otimização dos níveis de estoque em geral através de gestão mais eficiente da cadeia de suprimentos, com redução de 39,4% entre 31 de dezembro de 2012 e de 2013, excluído o incremental de R\$31.434 de produtos para revenda, cuja atividade foi incorporada em 2013.
- d) Hábeis negociações com fornecedores habituais e outros novos prospectados, que possibilitaram um aumento do custo médio com materiais de apenas 5,7% ao longo de 2013, não obstante uma variação de 15,1% do câmbio.

- e) Redução de custos com base em ações de “squeeze” em todas as áreas e mais racionalidade de despesas. A Companhia executou seu orçamento de 2013 adotando o conceito “matricial” e obteve ganhos de R\$6,2 milhões em relação à estrutura de gastos existentes em 2012.
- f) Fusão de negócios a partir de 2013 com a parte relacionada Resinet, para redução de custos na estrutura fixa e captura de ganhos de sinergia comercial, principalmente com “cross-selling” entre os diferentes segmentos - Indústria e Distribuição.
- g) Reperfilamento no segundo trimestre de 2013 de parte expressiva do endividamento de curto prazo com os principais bancos credores, no montante aproximado de R\$50 milhões, com o alongamento dos vencimentos em um ano para melhor liquidez e gestão do fluxo de caixa. Para o segundo trimestre de 2014, a Companhia pretende concluir a contratação de novas operações de crédito de longo prazo no valor de até R\$90 milhões, objetivando atender aos seus vencimentos de curto prazo e ter uma melhor estrutura de dívida. Essas operações de crédito, cujas negociações se encontram em fase adiantada, preveem prazo de vencimento de até cinco anos, com esquema de amortizações e juros e “covenants” aderentes às projeções de resultado para os próximos períodos.
- h) Diagnóstico “Assessment” do Sistema SAP e introdução de novos padrões de gestão na área de Tecnologia da Informação - TI para melhorias de processos, visando aumentar a produtividade e eficiência geral da Companhia. Além disso, foram desenvolvidas várias outras iniciativas nos sistemas operacionais e de informações, sobretudo nos principais fluxos de atividades comerciais, produção, suprimentos e finanças, para análise e tomada de decisões de negócios mais ágeis e fundamentadas.
- i) Elaboração de um “business plan” para cinco anos até 2017 (“5YBP”), com revisão da estratégia comercial, industrial e de suprimentos, combinada com uma nova agenda para o desenvolvimento pessoal da sua liderança. O foco do 5YBP no período 2013-2014 está na integração dos negócios Cromex mais Resinet, revendo o portfólio e as categorias de produtos para uma geração de caixa mais robusta, e o preparo de bases e opções de diversificação de produtos e mercados para viabilizar maiores margens e receitas incrementais com início em 2014 até 2017. Alinhado ao 5YBP, o plano de negócios e o orçamento de 2014 preveem um EBITDA em torno de R\$30 milhões, seguindo o crescimento esperado de receitas “Compounded Annual Growth Rate - CAGR” de 11,3% e EBITDA de 20,3% entre 2013 e 2017.

1.4. Plano de negócios

- a) A Administração vem implementando diversas outras ações organizadas no Projeto “Go-To-Market”, com viés de aprofundar o 5YBP na função comercial através de ampla reformulação da área para obter maior eficiência na execução e avançar sobre oportunidades de mercado, sem perder a atenção à rentabilidade das vendas por revisões de preços conforme movimentos de mercado e aumentos de custos. O Projeto repensou a lógica de segmentação de clientes e canais de atendimento, estabeleceu indicadores de controle e acompanhamento de resultados e diretrizes para uma nova política comercial e de incentivos às vendas, bem como mecanismos para o “cross-selling” de produtos entre os portfólios dos segmentos da Indústria e Distribuição e ainda bases para a implantação de uma área de Inteligência de Mercado.

O Projeto teve início no segundo semestre de 2013 e foi concluído no início de 2014, sendo o principal pilar do plano de negócios para o ano em curso, que prevê expansão significativa de volumes de vendas, aumento da base de clientes e diversificação de produtos comercializados.

Além do Projeto supramencionado, cumpre mencionar como fato relevante que trará contribuições futuras ao desempenho da Companhia:

- b) Os estudos para a realocação da planta de São Paulo, sob os aspectos econômicos e tributários, inclusive benefícios fiscais, logísticos, infraestrutura local e fonte de recursos para o financiamento dos gastos do Projeto, cuja consulta prévia no âmbito do Programa Pró-Plástico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES foi submetida e aprovada preliminarmente em 2013. Esse Projeto deverá ser detalhado ao longo de 2014 com estimativa de início em 2015, e a expectativa é de redução substancial de custos industriais e logísticos e aumento da competitividade da Companhia no mercado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo imobilizado mensurado ao custo atribuído e, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas à publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2014.

2.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados:

- a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando seu valor pode ser mensurado com segurança, os riscos e benefícios inerentes aos produtos vendidos são transferidos aos compradores e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e inclui principalmente os rendimentos de aplicações financeiras, ao passo que as despesas financeiras compreendem basicamente os juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.

b) Conversão de moeda estrangeira

b.1) Moeda funcional e de apresentação

As transações e os saldos das demonstrações financeiras da Companhia são apresentados em reais, principal moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

b.2) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (“moeda funcional”) usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações ou da avaliação, cujos itens são remensurados. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial das datas dos balanços. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio das datas dos balanços, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com ativos e passivos financeiros, incluindo também empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras.

c) Instrumentos financeiros

c.1) Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados nas seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

c.2) Ativos financeiros

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Quando aplicável, nessa categoria são classificados unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía instrumentos financeiros derivativos (contratos de “Non-Deliverable Forward - NDF” de R\$/US\$ futuro). Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não possuía instrumentos financeiros registrados nas demonstrações financeiras classificados nessa categoria.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, compreendem o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6) e saldo de mútuo à parte relacionada (nota explicativa nº 24).

c.3) Passivos financeiros

São representados por empréstimos e financiamentos bancários (nota explicativa nº 11), debêntures a pagar (nota explicativa nº 12) e saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 10), os quais são apresentados pelo valor original, e nos casos de empréstimos e financiamentos, acrescidos de juros e variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, sendo a despesa financeira reconhecida com base na remuneração efetiva.

As taxas pagas na contratação do passivo financeiro são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do passivo financeiro, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os passivos financeiros são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

Os encargos abrangendo juros e variações monetárias e/ou cambiais relativos aos empréstimos, financiamentos e debêntures são apropriados no resultado como despesa financeira. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

c.4) Método da taxa efetiva de juros

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento de dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa efetiva de juros, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

c.5) Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

c.6) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.7) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

Quando um derivativo ou outro instrumento financeiro não derivativo é designado como um instrumento de proteção (“hedge”) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa protegidos (“hedge”), afetando o resultado na mesma linha na demonstração do resultado como item objeto de “hedge”. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido pela Tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado na data de encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

c.8) “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou registrado por valor acima de seu valor recuperável (“impairment”). Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “impairment” incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) declaração de falência ou outra reorganização financeira; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(i) Caixas e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação e considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(ii) Aplicações financeiras

Quando aplicável, compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Administração da Companhia como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

e) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A análise dos títulos vencidos é realizada mensalmente, adotando como critério de provisão para créditos de liquidação duvidosa os títulos vencidos a partir de 60 dias, exceto aqueles amparados por garantias, e a totalidade dos títulos de clientes concordatários e falidos, ponderando as chances e evidências de negociação.

Pelo fato de as contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo médio total inferior a 60 dias (incluindo exportações), os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas das demonstrações financeiras.

f) Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. Os impostos e as demais despesas referentes ao desembaraço e internamento dos materiais importados são classificados como importações em andamento com base nos custos de cada importação.

As importações em trânsito referem-se principalmente às aquisições no exterior na modalidade “Cost and Freight - CFR”, nas quais a Companhia possui riscos e responsabilidades pelo transporte da carga.

g) Tributação

g.1) Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas das demonstrações financeiras entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos como créditos fiscais na extensão em que sejam prováveis que lucros futuros estejam disponíveis para compensação, observado o limite de 30% dos lucros anuais tributáveis, com base em projeções financeiras elaboradas e fundamentadas em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos e a projeção de resultados que o suportam são revisados periodicamente pela Companhia. Eventuais montantes são baixados caso não seja mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a realização total ou parcial do imposto diferido ativo. Os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão da Administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas das demonstrações financeiras e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas das demonstrações financeiras ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia espera, nas datas das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais correntes.

Impostos correntes e diferidos

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, quando aplicável, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Regime Tributário de Transição - RTT

A Companhia leva em conta o RTT para a apuração do imposto de renda e da contribuição social. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 16.

g.2) Incentivos fiscais

As subvenções assistenciais governamentais na forma de incentivo fiscal sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, usufruído a partir da comercialização de produtos industrializados na Unidade Industrial localizada no Estado da Bahia (Programa Desenvolve), são reconhecidas diante da razoável segurança de atendimento das condições estabelecidas pelas autoridades governamentais fazendárias e tributárias. Os recursos oriundos desse benefício são reconhecidos na rubrica “Outras deduções de vendas”.

Quando aplicável, a subvenção para investimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, passível de gozo por projeto aprovado no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE é registrada a crédito na rubrica “Imposto de renda e contribuição social correntes”. Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinadas à rubrica “Reserva de capital - incentivo fiscal” no patrimônio líquido.

h) Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. São atualizados e, quando aplicável, podem ser apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído por exigibilidade suspensa, a menos quando ocorrer desfecho favorável da questão para a Companhia.

i) Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário.

Os arrendamentos financeiros são classificados no momento de sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial quando do seu início pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada em parte ao passivo e parte aos encargos financeiros a apropriar, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 ou de acordo com o prazo do respectivo contrato, quando este for menor.

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do contrato, observando-se o regime de competência.

A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil para equipamentos de informática classificados como financeiro, em virtude da natureza e dos princípios a seguir descritos, cujos ativos estão registrados como imobilizado (sujeitos a depreciação), em contrapartida de passivo com a instituição arrendadora.

Em relação a outros bens de terceiros em uso, incluindo máquinas e equipamentos industriais e imóveis fabris, a Companhia avaliou o seu tratamento contábil diante dos requerimentos das normas contábeis aplicáveis e julgou as referidas obrigações como alugueis a pagar e não classificáveis como arrendamento financeiro, considerando:

- O conceito de transferência de benefício, risco e controle inerente aos bens, que são mantidos com o locador.

- Inexistência de opção em contrato para aquisição dos bens, qualquer que seja o seu preço, e falta de interesse por parte da Companhia diante do seu plano de negócio.
- Os prazos dos contratos inferiores à vida útil estimada dos bens, exceto terrenos.
- Os valores dos aluguéis definidos com base em avaliação de mercado.
- O valor presente dos aluguéis representa montantes inferiores ao valor justo dos ativos.

j) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, instalações industriais. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive, se aplicável, serviços necessários e custos incorridos para colocação do bem produtivo em operação. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos.

A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Vida útil estimada - média ponderada</u>
Edificações e benfeitorias	43
Máquinas e equipamentos	16
Instalações	20
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais, a vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que tais custos possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos, apropriados como custos de produção.

Conforme mencionado no item i), os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos também às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia revisou os custos históricos dos bens do ativo imobilizado utilizando a prática do custo atribuído (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da interpretação técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado, na adoção inicial do pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e da interpretação técnica ICPC 10.

Os efeitos de depreciação decorrentes da primeira revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme requerido pela interpretação técnica ICPC 10, foram registrados prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2010.

k) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Os ativos com vida útil definida são amortizados de acordo com os prazos descritos na nota explicativa nº 9. Os ativos sem vida útil definida passaram, a partir do encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, a ser anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação (“impairment”) e/ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes.

As licenças de programas de computador, incluindo os correspondentes gastos com implementação, são capitalizadas pelo valor de custo de aquisição e os custos incorridos para fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, estimável de três a cinco anos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por eles gerados são superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

l) “Impairment” de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar eventuais evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Se houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo (“impairment”).

Para fins de avaliação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Revisão do Valor Recuperável dos Ativos, os ativos devem ser agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis independentemente da agregação de qualquer outro ativo ou conjunto de ativos, conceitualmente tratado como Unidade Geradora de Caixa - UGC, segregando e administrando separadamente apenas os resultados gerados pelas unidades de negócios.

A Companhia possui uma operação integrada entre suas unidades fabris e depósitos de distribuição, ocorrendo produção em seus “sites” para venda direta e/ou transferências como insumo para consumo e produtos acabados distribuídos a partir de diferentes “sites” de produção e depósitos. Além disso, algumas das mesmas máquinas e equipamentos e linhas de produção atendem a segmentos diferentes de negócio, com perfis e fluxos de caixa e resultados distintos. Nesse sentido, a Companhia considera os seus ativos industriais como uma operação complementar, integrada e única UGC.

O teste de “impairment” é requerido diante da expectativa de perda no retorno dos ativos, ou quando notada a existência de indicativos de que os ativos estejam com valor superior àquele passível de recuperação por uso em suas atividades ou por venda. O entendimento da Companhia é não haver a presença de nenhuma dessas premissas a seguir:

(i) Fatores externos

Não há diminuição significativa do valor de mercado dos ativos provocada por mudanças no ambiente tecnológico, alterações significativas nas taxas de juros ou nas condições econômicas ou legais nos mercados de atuação da Companhia em que tais ativos estão sendo operados.

(ii) Fatores internos

Não há evidências de obsolescência ou dano físico dos ativos causado por efeitos adversos relacionados à forma de seu uso ou de desempenho econômico inferior ao esperado. Uma parcela importante dos ativos produtivos corresponde a investimentos recentes, no montante de aproximadamente R\$15,5 milhões nos últimos cinco anos, que compõem um parque de máquinas novo, em franca utilização para consecução dos objetivos dos planos de negócios que os originaram.

(iii) Outros fatores

Não há redução da vida útil dos ativos e necessidade de dispêndios adicionais de capital para desenvolvimento e colocação dos ativos em operação, tampouco gastos com manutenção excessivos ou capacidade ociosa elevada. A Companhia mantém programa de manutenção regular e o maquinário em uso encontra-se em perfeita operação.

(iv) Desempenho financeiro recente e perspectiva futura

Os resultados negativos anteriores foram influenciados, sobretudo, pela retração de vendas, por entrantes novos e aumentos dos preços de insumos e outros custos industriais e logísticos.

Desde meados de 2012, a Companhia vem auferindo resultados positivos com recuperação gradual mais consistente das margens e retorno de lucratividade.

Para 2014, o orçamento aponta para a continuação da melhoria dos resultados com previsão de crescimento do EBITDA e do lucro líquido. O 5YBP também sinaliza crescimento em receitas e resultados até 2017.

m) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis.

A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo, e atualizada até as datas das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos estão descritos na nota explicativa nº 15.

A provisão para participação nos lucros e resultados é usualmente efetuada com base em acordo formal específico, que estabelece, em bases anuais, as metas a serem alcançadas, bem como as regras de apuração, elegibilidade e prazos para pagamento de premiação correspondente.

n) Contas a pagar, benefícios e encargos sociais

As contas a pagar, principalmente aos fornecedores, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura ou notas fiscais.

Os valores relativos às férias devidas aos funcionários estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo e incluem os correspondentes encargos sociais.

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Entre outros benefícios aos seus colaboradores, a Companhia oferece planos de saúde compatíveis com o mercado, com opção de extensão pós-emprego, em que a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido a seus cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

o) Lucro líquido do exercício por ação

É apresentado como básico e diluído conforme descrito na nota explicativa nº 17.e).

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Reconhecimento da receita de vendas

Para fazer esse julgamento, a Administração levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. Após quantificação criteriosa do passivo da Companhia relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais ou a substituição dos produtos, a Administração concluiu que os principais riscos e benefícios foram transferidos e que seria apropriado o reconhecimento das receitas no exercício corrente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro tributável futuro projetado, de acordo com o plano de negócios da Companhia. As projeções utilizadas pela Administração da Companhia utilizam premissas e índices disponíveis por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

c) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos são constituídas para todas as causas judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança, considerando a hierarquia das leis, evidências e jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 2.2.e).

e) Provisão para perdas com estoques obsoletos ou de giro lento

Constituída com base em política definida pela Administração que leva em consideração a previsão de vendas presentes e futuras e o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento dos exercícios.

f) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa nº 9, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, no final de cada período de relatório.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em variações em relação aos valores estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano, e na avaliação mais recente da Companhia efetuada no fim de 2013 as estimativas e premissas contábeis adotadas mostravam-se adequadas.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e mútuos, bem como, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição financeira da Companhia, nas quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Aplicações financeiras

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do “rating” de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o “rating” e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

Políticas para contratação de instrumentos financeiros derivativos

Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, a Administração, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Entre os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente, estão incluídas rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia, nas quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração quanto à contratação desses instrumentos financeiros.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade das contrapartes.

Como já foi mencionado anteriormente, a política de gerenciamento de risco da Companhia prevê as condições em que a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Ainda nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

Em virtude desse monitoramento, atualmente a Administração acredita que os custos correspondentes à eventual determinação de derivativos para minimização dos riscos não compensariam os benefícios que poderiam advir das circunstâncias.

A área de Finanças e Controladoria examina e revisa as informações relacionadas ao gerenciamento de risco, incluindo as políticas, os procedimentos e as práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(i) Riscos com taxas de câmbio

O risco associado ao câmbio decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado, bem como em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados à moeda estrangeira, basicamente do dólar norte-americano, decorrentes principalmente da importação de matérias-primas e produtos para revenda.

A exposição cambial líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	31/12/13		31/12/12	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Contas a receber	3.275	1.351	13.144	6.443
Empréstimos e financiamentos	(83.749)	(33.245)	(64.161)	(31.095)
Fornecedores	(29.238)	(12.484)	(28.246)	(13.822)
Exposição líquida do balanço patrimonial	<u>(109.712)</u>	<u>(44.378)</u>	<u>(79.263)</u>	<u>(38.474)</u>

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante de contratação de operações de “hedge”, mais usualmente contratos futuros de moeda do tipo NDF para cobertura dos riscos sobre as obrigações de dívida e transações de importação de insumos.

Além disso, para fazer frente à exposição líquida, a Companhia possui histórico e projeções de receitas de exportação cujo fluxo com base no seu Plano de Negócios (5YBP) soma cerca de US\$44 milhões anuais em média, e seus recebimentos, se concretizados, superam, ou aproximam-se de, o fluxo de pagamentos dos respectivos passivos, compensando o efeito caixa dessa exposição cambial no futuro.

(ii) Risco com taxas de juros

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação dos juros de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras atualizados com base no Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A variação desfavorável nas taxas de juros pode afetar negativamente as despesas e receitas financeiras.

(iii) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de inadimplência das contas a receber.

Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência da maior parte dos clientes do exterior, representativos de aproximadamente 85% das receitas de exportação, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é R\$1,7 milhão e a cobertura do seguro abrange atualmente 82 empresas, no total de R\$25 milhões de risco, sendo a vigência da apólice anual, compreendendo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, renovada em período subsequente.

(iv) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Finanças e Controladoria.

(v) Riscos com derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia não são utilizados com o objetivo de gerar ganhos financeiros, não possuem alavancagem e têm o propósito de proteger suas operações dos riscos de flutuação de moeda.

c) Gestão de capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios às partes interessadas, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito, visando fazer face à manutenção da liquidez e obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.

A Companhia monitora a estrutura do capital com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A dívida líquida compreende os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, operações de “comprar” e “vender” e saques negociados, deduzidos pelas disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa mais aplicações em títulos e valores mobiliários. Os instrumentos financeiros por sua volatilidade, objetivos de proteção e pouca relevância não são computados. O patrimônio líquido corresponde à soma do capital, das reservas e dos resultados acumulados.

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, e os indicadores estão demonstrados a seguir, observados o crescimento da dívida líquida pela incorporação dos segmentos de Distribuição a partir de 2013 e o efeito do câmbio sobre a parcela denominada em moeda estrangeira, comentada na nota explicativa nº 4.b) (i):

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Empréstimos e financiamentos	56.083	74.300
Debêntures	38.961	33.603
Operações de “comprar” e “vender” e saques negociados	43.182	12.268
Caixa e equivalentes de caixa	(13.741)	(12.490)
Dívida líquida	124.485	107.681
Patrimônio líquido	77.489	76.609
Índice de alavancagem financeira - %	161	141

d) Estimativa de valor justo

A Administração da Companhia presume que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (“impairment”), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível à Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Mensuração para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo por nível, conforme a hierarquia a seguir: (i) preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1); (ii) informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 e que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços), seja indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e (iii) inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía contratos de NDF de R\$/US\$ futuro, cujo ganho líquido naquela data de R\$623 está classificado no ativo circulante, na rubrica “Créditos de operações com instrumentos financeiros derivativos”.

e) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. O caixa da Companhia está aplicado nas maiores instituições financeiras do Brasil, todas de primeira linha e com risco de crédito reduzido, e os recebíveis são compostos principalmente pelo saldo de contas a receber, segregados em quatro grandes grupos:

Grupo 1 - clientes tradicionais no mercado interno, compreendendo grandes e médias indústrias, cujo risco de inadimplência é muito baixo (vencidos até 180 dias e a vencer).

Grupo 2 - clientes tradicionais no mercado externo, compreendendo conversores próprios e distribuidores, cujo risco de inadimplência é muito baixo (vencidos até 180 dias e a vencer).

Grupo 3 - demais clientes no mercado interno (vencidos até 180 dias e a vencer).

Grupo 4 - clientes vencidos há mais de 180 dias.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Grupo 1	16.804	6.107
Grupo 2	3.423	21.723
Grupo 3	29.064	23.156
Grupo 4	2.589	2.524
Créditos de clientes	(155)	(98)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.189)</u>	<u>(2.252)</u>
Total líquido	<u>48.536</u>	<u>51.160</u>

f) Análise de sensibilidade

Os quadros a seguir apresentam as análises de sensibilidade sobre o risco de taxa de juros para aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, bem como para exposição cambial e financiamentos em 31 de dezembro de 2013, com cenário mais provável (cenário I), segundo a avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses.

Adicionalmente, dois outros cenários estão sendo demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco (perda) considerada, respectivamente, cenários II e III.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data do balanço. Os cenários II e III foram estimados com um aumento do CDI em 25% e 50%, respectivamente. Já os cenários IV e V foram estimados com uma redução do CDI em 25% e 50%, respectivamente.

f.1) Riscos de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/13	Cenários				
				I - Provável	II -25%	III - 50%	IV - 25%	V - 50%
1. Ativos financeiros- Aplicações financeiras	9.573	Utilização do CDI	10,64%	1.018	1.273	1.528	764	382
2. Passivos financeiros- Empréstimos e financiamentos	(83.749)	Utilização do CDI	10,64%	(8.910)	(11.139)	(13.367)	(6.683)	(3.342)
Total líquido 1 + 2		Efeito		<u>(7.892)</u>	<u>(9.866)</u>	<u>(11.839)</u>	<u>(5.919)</u>	<u>(2.960)</u>

f.2) Riscos de taxa de câmbio

Considerando as exposições cambiais descritas na tabela de exposição cambial anterior, em 31 de dezembro de 2013, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

<u>Risco da Companhia</u>	<u>Perda</u>	
	<u>Cenário possível</u>	<u>Cenário remoto</u>
Aumento do dólar norte-americano	<u>21.116</u>	<u>41.874</u>

O cenário possível considera uma desvalorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2013 de R\$2,34/US\$1,00 (R\$2,93/US\$1,00), e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$3,51/US\$1,00).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$21.116 no cenário possível e de R\$41.874 no cenário remoto.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável por considerar que este reflete as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

g) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia firmou contratos futuros de moeda do tipo NDF para a cobertura do risco de taxa de câmbio, para os quais, em 31 de dezembro de 2013, os ganhos não realizados reconhecidos em “Créditos de operações com instrumentos financeiros derivativos” no ativo circulante eram de R\$623.

Em 31 de dezembro de 2013, os contratos de NDF em aberto, detalhados a seguir, têm vencimentos previstos entre janeiro e setembro de 2014 e estão assim resumidos entre os bancos contrapartes:

	<u>Valor nocial</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Efeito acumulado até 31/12/2013</u>	<u>Resultado</u>
Posição comprada - US\$ (R\$)	5.318	5.067	251	Ganho
Posição comprada - US\$ (R\$)	13.169	12.797	<u>372</u>	Ganho
Total			<u>623</u>	

h) “Hedge accounting”

Em 28 de fevereiro de 2013, a Companhia designou instrumentos de dívida (não derivativos), cujo valor nocial em 31 de dezembro de 2013 era R\$18.487 (equivalente a US\$7.931 mil), como “hedge” de fluxo de caixa para exportações consideradas altamente prováveis.

Tendo em vista que as liquidações dos referidos contratos dar-se-ão através de exportações de produtos, a Administração da Companhia entende que a operação se caracteriza como um “hedge” natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações do resultado, sem efeito equivalente no fluxo de caixa da Companhia.

Dessa forma, os efeitos das variações cambiais estão sendo registrados na rubrica “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, revertendo-os contra o resultado do exercício, no momento da realização das exportações.

Em 31 de dezembro de 2013, o total das perdas cambiais não realizadas com o instrumento de dívida das exportações, reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, era de R\$4.377, líquido dos efeitos de impostos. A previsão é de que as exportações continuem ocorrendo entre janeiro de 2014 e junho de 2016, quando a perda será totalmente revertida contra a receita de venda de exportações. Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia utiliza-se de contabilidade de “hedge” (“hedge accounting”), visto que um instrumento financeiro se qualifica para a contabilidade de “hedge” apenas se todas as condições do CPC 38 forem satisfeitas. A adoção da contabilidade de “hedge” é opcional e tem por objetivo reconhecer o resultado de derivativos apenas no momento da realização do item de “hedge”, respeitando o princípio da competência e, conseqüentemente, reduzindo a volatilidade no resultado referente a variações cambiais dos instrumentos financeiros indexados em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

A seguir estão demonstrados os efeitos das perdas das operações de “hedge accounting”:

	<u>OCI (“other comprehensive income”)</u>	<u>Reciclado - resultado do exercício (ii)</u>	<u>Saldo em 31.12.13</u>
Perda com variação no valor justo do “hedge” de fluxo de caixa (i)	7.611	(978)	6.633
Imposto de renda (34%)	<u>(2.588)</u>	<u>332</u>	<u>(2.256)</u>
Líquido	<u>5.023</u>	<u>(646)</u>	<u>4.377</u>

(i) Variação cambial dos instrumentos de “hedge” natural designados como “hedge accounting”.

(ii) Saldo “reciclado” na receita bruta de exportação no exercício de 2013, com conseqüente efeito sobre as margens e o resultado do exercício.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	4.168	6.018
Certificados de Depósito Bancários - CDBs	<u>9.573</u>	<u>6.472</u>
Total	<u>13.741</u>	<u>12.490</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os Certificados de Depósito Bancário - CDBs estão distribuídos em instituições financeiras de primeira linha com remuneração de 100% do CDI e são classificados como “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem considerados ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Clientes no País	48.450	40.268
Clientes no exterior	3.275	13.144
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.189)</u>	<u>(2.252)</u>
Total	<u>48.536</u>	<u>51.160</u>

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A vencer	44.130	43.041
Até 30 dias	33.033	28.882
De 31 a 60 dias	7.287	8.390
De 61 a 90 dias	2.867	3.635
Acima de 90 dias	943	2.134
Vencidos	<u>7.595</u>	<u>10.371</u>
Até 30 dias	4.156	6.099
De 31 a 60 dias	157	1.195
De 61 a 90 dias	14	145
De 90 a 180 dias	382	131
Acima de 181 dias	2.886	2.801
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.189)</u>	<u>(2.252)</u>
Total	<u>48.536</u>	<u>51.160</u>

Os recebíveis de clientes possuem prazos médios de 40 dias no mercado doméstico em 31 de dezembro de 2013 (43 dias em 31 de dezembro de 2012) e 125 dias no mercado externo em 31 de dezembro de 2013 (116 dias em 31 de dezembro de 2012), e parte é garantia de “Empréstimos e financiamentos” (nota explicativa nº 11).

Em 31 de dezembro de 2013, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$3.189, representava 6% do saldo de contas a receber em aberto naquela data (4%, tomando como base o saldo de R\$2.252 em 31 de dezembro de 2012).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.873
Complementos	503
Baixas por utilização	<u>(124)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.252
Complementos	1.428
Baixas por utilização	<u>(491)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>3.189</u>

A Companhia estabelece uma provisão para perda que representa sua estimativa de risco com a realização de contas a receber e outros recebíveis. O principal componente dessa provisão é específico e relacionado a exposições individuais.

A exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento, conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento.

As perdas consideradas definitivas, depois de esgotadas todas as formas de cobrança, inclusive judicial, resultam em baixas de contas a receber contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado.

7. ESTOQUES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Produtos acabados	14.016	17.884
Produtos de revenda	14.207	-
Matérias-primas	18.445	36.368
Materiais auxiliares e componentes	598	1.144
Estoques em poder de terceiros	7.323	-
Estoques em trânsito	19.733	12.200
Importações em andamento	2.410	2.452
Almoxarifado	2.807	3.142
Provisão para perdas	<u>(2.480)</u>	<u>(76)</u>
Total	<u>77.059</u>	<u>73.114</u>

O saldo da rubrica “Estoques em poder de terceiros” refere-se aos estoques de produtos para distribuição armazenados e sob gestão a partir de 2013 no Depósito de Operador Logístico na Filial do Estado do Paraná.

A movimentação da provisão para perdas na realização de estoques é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2012	1.766
Reversões	<u>(1.690)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	76
Complementos	<u>2.404</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>2.480</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
ICMS	3.644	2.306
IPI	3.556	4.342
COFINS	1.552	4.610
PIS	380	1.017
Reintegra (exportações)	3.000	1.857
INSS	594	-
IRPJ/CSLL	717	776
Outros	<u>205</u>	<u>262</u>
Total	<u>13.648</u>	<u>15.170</u>
Circulante	<u>13.546</u>	<u>15.018</u>
Não circulante	<u>102</u>	<u>152</u>

Os créditos de ICMS referem-se, basicamente, a créditos sobre compras de insumo, material de revenda e de bens do ativo imobilizado (Controle do Imobilizado do Ativo Permanente - CIAP), para compensação em bases mensais em até 48 meses, conforme legislação vigente.

Os valores de PIS e COFINS são originados por conta de créditos nas aquisições de insumos para produção dos produtos, cujas vendas, em parte, não são tributadas, principalmente exportações e para a Zona Franca de Manaus.

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

	Taxa média ponderada anual de depreciação (%)	31/12/13			31/12/12		
		Custo	Depreciação		Custo	Depreciação	
			acumulada	Líquido		acumulada	Líquido
Terrenos	-	45	-	45	45	-	45
Edifícios e benfeitorias	2	13.365	(3.152)	10.213	13.359	(2.916)	10.443
Instalações	5	17.373	(6.971)	10.402	16.254	(6.422)	9.832
Máquinas e equipamentos	6	43.879	(27.132)	16.747	42.601	(25.551)	17.050
Móveis e utensílios	10	2.039	(929)	1.110	1.363	(807)	556
Veículos	20	463	(133)	330	308	(280)	28
Equipamentos e sistemas de informática	20	3.701	(1.395)	2.306	2.837	(1.466)	1.371
Outros imobilizados	20	68	(61)	7	65	(61)	4
Projetos em andamento	-	<u>2.050</u>	-	<u>2.050</u>	<u>2.452</u>	-	<u>2.452</u>
Total		<u>82.983</u>	<u>(39.773)</u>	<u>43.210</u>	<u>79.284</u>	<u>(37.503)</u>	<u>41.781</u>

A movimentação nos exercícios de 2013 e de 2012 é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	41.781	40.649
Adições:		
Máquinas e equipamentos	316	2.065
Instalações	177	645
Equipamentos e sistemas de informática	1.202	900
Outros	959	-
Obras em andamento	<u>1.921</u>	<u>473</u>
Total de adições	4.575	4.083
Baixas líquidas	(316)	(173)
Depreciação	<u>(2.830)</u>	<u>(2.778)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>43.210</u>	<u>41.781</u>

Informações adicionais sobre o imobilizado

(i) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado e custo atribuído

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (“deemed cost”), ajustando os saldos de abertura na data de transição para os novos CPCs em 1º de janeiro de 2009, no montante de R\$6.156, para fins de comparação, em contrapartida à rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. O valor apurado é relativo à avaliação do grupo de “Edifícios e benfeitorias”, excluindo todos os demais ativos imobilizados, que no julgamento da Companhia não possuem diferenças relevantes quanto ao valor justo, nos termos previstos na interpretação técnica ICPC 10.

(ii) Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía imóveis dados como garantia na operação de debêntures, no valor de custo de R\$9.200.

Outros bens no valor de custo de R\$3.565 se mantêm alienados no curso dos respectivos contratos de financiamento.

(iii) Arrendamentos operacionais

Não houve despesas com arrendamentos operacionais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e no exercício de 2012 foram registradas despesas de R\$39 de arrendamentos operacionais de máquinas e equipamentos.

(iv) Teste de redução ao valor recuperável

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2.j), o imobilizado é revisado anualmente para identificar evidências de eventuais perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima dos valores recuperáveis. Dessa forma, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

b) Intangível

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é composto por softwares, amortizados pelo prazo de quatro anos.

A composição do saldo e a movimentação do intangível estão apresentadas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.081
Amortizações	<u>(855)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	226
Amortizações	<u>(225)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u><u>1</u></u>

10. FORNECEDORES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Nacionais	38.868	56.096
Estrangeiros	<u>29.238</u>	<u>28.246</u>
Total	<u><u>68.106</u></u>	<u><u>84.342</u></u>

Os saldos de fornecedores nacionais e estrangeiros referem-se, substancialmente, à compra de matéria-prima (resina básica e materiais para formulação de cores) e produtos para revenda. Os prazos médios de pagamento no fim de 2013 indicam 51 dias para as compras locais (57 dias no fim de 2012) e 41 dias para compras externas (44 dias em 2012).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos médios anuais - %</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Moeda nacional:			
Capital de giro	CDI + 4,5%	13.624	20.759
“Vendor” (nacional)	12,9%	139	-
FINAME (repasso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)	5,5%	1.099	1.251
“Leasing”	11,2%	1.237	1.016
Outros gastos com emissão de empréstimos a apropriar	-	(584)	(619)
Moeda estrangeira:			
“Vendor” (exterior)	2%	2.329	-
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio - ACC/ Adiantamentos de Contratos de Exportação - ACE	4,50	40.869	18.098
Pré-Pagamento à Exportação - PPE	CDI + 3%	39.907	42.360
SACE (PNC & UPS)	Libor + 3,75%	645	1.814
FINIMP	4,57%	-	<u>1.889</u>
Total		<u>99.265</u>	<u>86.568</u>
Circulante		<u>72.638</u>	<u>50.313</u>
Não circulante		<u>26.627</u>	<u>36.255</u>

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira estão denominados em dólares norte-americanos.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão demonstrados a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2014	-	27.486
2015	21.696	8.769
2016 em diante	<u>4.931</u>	-
Total	<u>26.627</u>	<u>36.255</u>

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por estoques, títulos a receber em cobrança e máquinas e equipamentos vinculados aos respectivos contratos, no montante de R\$72.932 em 31 de dezembro de 2013 (R\$71.258 em 31 de dezembro de 2012), além de avalizados pelos acionistas controladores.

12. DEBÊNTURES

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo bruto a pagar	40.016	35.263
Gastos com emissão de debêntures a apropriar	<u>(1.055)</u>	<u>(1.660)</u>
Total	<u>38.961</u>	<u>33.603</u>
Circulante	<u>13.307</u>	<u>7.069</u>
Não circulante	<u>25.654</u>	<u>26.534</u>

Em 4 de agosto de 2010, a Companhia efetuou sua primeira emissão de debêntures, no valor de R\$60.000, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, em série única de 60 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características eram:

Valor nominal unitário	R\$1.000
Vencimento final	4 de agosto de 2015
Pagamento/amortização	17 parcelas trimestrais e sucessivas, a partir do 12º mês, inclusive, contados da data de emissão
Remuneração	100% do CDI + 5% a.a.
Pagamento da remuneração	Trimestral
Repactuação	Não haverá repactuação

As debêntures não estão sujeitas a resgate antecipado e têm como garantia a hipoteca de um imóvel, ações da Companhia, títulos a receber em cobrança e aval dos acionistas em notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2013, os juros a pagar totalizam R\$4.753 (R\$4.493 em 31 de dezembro de 2012) e estão registrados no passivo circulante. Os custos com a emissão das debêntures incorridos até a data da emissão totalizaram R\$2.455, foram capitalizados como contas redutoras nos passivos circulante e não circulante e estão sendo apropriados em 57 meses de acordo com a vigência do contrato, conforme previsão do pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios de Emissão de Títulos.

Em 31 de dezembro, o saldo a apropriar era como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivo circulante	606	606
Passivo não circulante	449	1.054

O crédito está sujeito a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe, a manutenção de índices financeiros, conforme segue, cujo descumprimento pode ocasionar o vencimento antecipado das debêntures:

- a) Dívida líquida/EBITDA ajustado.
- b) Índice de liquidez corrente.

O descumprimento das cláusulas restritivas anteriores só fica caracterizado quando da sua ocorrência por ocasião da apuração das demonstrações financeiras do exercício.

Em 31 de dezembro de 2013, os indicadores financeiros relacionados ao índice de liquidez corrente não foram atendidos pela Companhia. No entanto, os debenturistas se reuniram em Assembleia Geral em 28 de dezembro de 2013 e concederam um “waiver” para manutenção das datas originais de vencimento dessas obrigações.

Além do “covenant” quanto à manutenção dos índices financeiros, a Companhia possui restrições quanto a “covenants” não financeiros, principalmente em relação a decisões de negócios, incluindo manutenção do controle acionário, reestruturações societárias, alienação de ativos, contratação de empréstimos, inadimplência quanto a licenças de operação e outras obrigações comerciais e financeiras de valor mais relevante.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não existe nenhum descumprimento em relação aos “covenants” não financeiros.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisão de férias	4.251	3.664
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	293	236
INSS	1.730	801
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	534	389
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	2.558	488
Outros	<u>196</u>	<u>172</u>
Total	<u>9.562</u>	<u>5.750</u>

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos parcelados:		
Lei nº 11.941/09 - Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	358	458
INSS - Seguro de Acidente de Trabalho - SAT	<u>712</u>	<u>737</u>
	1.070	1.195
Impostos correntes-		
ICMS (*)	<u>1.513</u>	<u>2.756</u>
Total	<u>2.583</u>	<u>3.951</u>
Circulante	<u>1.775</u>	<u>2.801</u>
Não circulante	<u>808</u>	<u>1.150</u>

(*) A unidade industrial localizada no município de Simões Filho, no Estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS na forma de subvenção para custeio, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve. O incentivo foi concedido até outubro de 2019 e corresponde à dilatação do prazo de pagamento do ICMS de 90% do saldo devedor mensal, limitado a 72 meses. Se o pagamento for efetuado sem tal dilatação de prazo, os seguintes descontos são concedidos pelo Estado:

<u>Meses para pagamento</u>	<u>Desconto</u>
De 1 a 12	90%
De 13 a 24	85%
De 25 a 36	80%
De 37 a 48	45%
De 49 a 60	30%
De 61 a 72	Pagamento integral

Sobre a parcela do ICMS apurada mensalmente, com prazo de pagamento dilatado, incidirão juros correspondentes a 85% da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

O montante do benefício fiscal apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$15.038 (R\$17.645 em 2012), registrado a crédito no resultado do exercício na rubrica “Impostos sobre vendas”.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de origem tributária, trabalhista e cível que se encontram em instâncias diversas. As provisões para riscos, constituídas para fazer face a prováveis perdas decorrentes dos processos em curso, são efetuadas e atualizadas com base na avaliação da possibilidade de perda estimada pelos assessores legais da Companhia. Os processos classificados com chances de perda “possível” e “remota” não possuem provisão.

Para os tributos com exigibilidade suspensa em que há depósitos judiciais vinculados, os saldos das provisões são apresentados nas demonstrações financeiras líquidos dos valores dos respectivos depósitos.

Essa provisão está assim representada:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Tributários (a)	2.798	2.549
Trabalhistas (b)	1.563	1.807
Cíveis	<u>55</u>	<u>55</u>
Subtotal	4.416	4.411
Depósitos judiciais	<u>(1.561)</u>	<u>(1.442)</u>
Total	<u>2.855</u>	<u>2.969</u>

(a) Correspondem substancialmente às discussões envolvendo a incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e à tributação de IOF em operações diversas.

(b) Referem-se às ações movidas contra a Companhia por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamento de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas apuradas para cada processo como perda efetiva.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/12</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas/ reversões</u>	<u>31/12/13</u>
Tributários	2.549	249	-	2.798
Trabalhistas	1.807	360	(604)	1.563
Cíveis	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55</u>
Total	<u>4.411</u>	<u>609</u>	<u>(604)</u>	<u>4.416</u>

Perdas possíveis

A Companhia possui ações de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível, cujo total em 31 de dezembro de 2013 era de R\$14.845 (R\$12.945 em 31 de dezembro de 2012).

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e os respectivos registros contábeis em regime de competência.

Os saldos de ativos e passivos diferidos são como segue, conforme sua origem:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo fiscal diferido-		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	17.725	19.400
Passivo fiscal diferido-		
Ajustes do RTT - custo atribuído e diferença de taxas de depreciação do imobilizado	<u>(3.430)</u>	<u>(4.690)</u>
Ativo fiscal líquido	<u>14.295</u>	<u>14.710</u>

O passivo de impostos diferidos decorre basicamente da revisão do custo atribuído do ativo imobilizado registrado na data de transição para os CPCs e das diferenças das taxas de depreciação contábil e fiscal de acordo com o RTT. A realização desses impostos diferidos está vinculada à realização por depreciação ou alienação dos correspondentes bens.

A Administração da Companhia, com base em estudo de viabilidade técnica aprovado pelo Conselho de Administração, mantém os registros de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre parte dos prejuízos fiscais incorridos, conforme os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32, os quais possuem previsão de realização até 2019.

Em 31 de dezembro de 2013 os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações financeiras, devido à ausência de projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios a partir de 2018, totalizam R\$35.109.

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda e diferenças temporárias nos seguintes exercícios:

2014	4.059
2015	5.289
2016	5.046
2017 em diante	<u>3.331</u>
Total	<u>17.725</u>

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	9.205	(13.072)
Alíquota fiscal nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social	(3.130)	4.444
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:		
Despesas não dedutíveis	(150)	(308)
Baixa de crédito tributário - amortização de ágio	-	(5.107)
Constituição de créditos tributários diferidos não constituídos em exercícios anteriores	-	19.400
Provisão para crédito tributário não constituído sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias	<u>(668)</u>	<u>(5.222)</u>
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<u>(3.948)</u>	<u>13.207</u>
Correntes	(1.281)	-
Diferidos	(2.667)	13.207

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital integralizado é de R\$129.781, representado por 129.781 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$1,00.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva de capital e especial de ágio

Em 21 de novembro de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a incorporação da Companhia e sua antiga controlada, Cromex Bahia Ltda., deixando esta última de existir.

Com base nessa reorganização societária, foi apurado um ágio decorrente do valor de mercado da Companhia, avaliado por perito independente, e nas expectativas de resultados futuros, no montante de R\$78.416.

O saldo da rubrica “Reserva de capital” representa o saldo líquido do ágio apurado na avaliação de mercado consoante a referida reorganização societária, deduzido da parcela cindida do capital da Cromex Bahia Ltda. No saldo da rubrica “Reserva especial” está lançada a amortização acumulada desse ágio registrado na rubrica “Reserva de capital” até 31 de dezembro de 2008, quando, em virtude das novas normas contábeis, foi interrompida.

O efeito da amortização do ágio nos resultados da Companhia ao longo dos exercícios, no montante total de R\$83.020, está refletido na rubrica “Prejuízos acumulados” no patrimônio líquido.

d) Dividendos

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado conforme a legislação societária. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. A Assembleia Geral de Acionistas pode deliberar também sobre a distribuição de resultados na forma de pagamentos de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os valores oriundos da realização do ajuste de avaliação patrimonial, decorrente da adoção do custo atribuído (“deemed cost”), são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

Tendo em vista os resultados negativos acumulados de exercícios anteriores, não há base para o pagamento de dividendos.

e) Lucro líquido do exercício por ação

O lucro líquido do exercício por ação básico e diluído foram calculados com base nos resultados dos exercícios atribuíveis aos acionistas controladores. Como não houve movimentação na quantidade de ações emitidas e não há opções emitidas com potenciais efeitos diluidores, o cálculo efetuado pela Companhia não apresentou quantidades de ações dilutivas; o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

O cálculo do lucro líquido por ação está assim apresentado:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Denominador-		
Média ponderada da quantidade de ações	129.781	129.781
Numerador - básico e diluído:		
Lucro líquido do exercício	5.257	135
Lucro líquido do exercício por ação básico e diluído - R\$	40,51	1,04

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita bruta:		
Mercado interno - indústria	374.200	386.638
Mercado externo - indústria	67.479	81.603
Mercado interno - distribuição	72.878	-
Prestação de serviços por industrialização	<u>2.851</u>	<u>3.573</u>
	517.408	471.814
Impostos sobre vendas	(96.836)	(85.795)
“Hedge accounting”	(978)	-
Abatimentos e devoluções	(5.984)	(5.492)
Incentivo fiscal - subvenção para custeio	<u>15.038</u>	<u>17.645</u>
Total	<u>428.648</u>	<u>398.172</u>

19. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado do exercício utilizando uma classificação das despesas baseada em sua função. A apresentação das despesas por natureza é como segue:

	2013		
	<u>Custo dos produtos vendidos</u>	<u>Despesas com vendas</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
Matérias-primas consumidas	245.795	-	-
Outros insumos aplicados na produção	4.917	-	-
Materiais de revenda	50.789	-	-
Pessoal e encargos	25.624	14.256	16.830
Manutenção de máquinas e equipamentos	5.368	121	90
Comissões	-	2.041	-
Fretes	379	8.600	32
Depreciações e amortizações	2.165	178	706
Serviços de terceiros	1.049	63	6.037
Consultorias e assessoria legal	77	220	1.293
Manutenção predial e móveis e utensílios	468	-	373
Materiais de segurança e limpeza	1.581	9	75
Materiais de teste e amostras	312	187	-
Propaganda e marketing	-	209	22
Aluguéis	1.112	-	1.195
Locações temporárias (máquinas, veículos e outros)	535	596	134
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	1.462	-
Provisão para perdas nos estoques	2.480	-	-
Viagens, estadas e reembolsos diversos	48	543	197
Seguros	84	-	39
Energia elétrica	4.341	-	205
Água	555	-	117
Telefonia e comunicações	-	-	533
Outras	<u>1.206</u>	<u>3.112</u>	<u>4.099</u>
Total	<u>348.885</u>	<u>31.597</u>	<u>31.977</u>
	2012		
	<u>Custo dos produtos vendidos</u>	<u>Despesas com vendas</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
Matérias-primas consumidas	292.067	-	-
Outros insumos aplicados na produção	5.419	-	-
Pessoal e encargos	24.481	8.761	12.661
Manutenção de máquinas e equipamentos	5.685	108	32
Comissões	-	2.430	-
Fretes	378	11.522	131
Depreciações e amortizações	2.059	154	1.644
Serviços de terceiros	464	83	4.390
Consultorias e assessoria legal	343	140	3.444
Logística de exportações	-	1.422	-
Materiais de teste e amostras	339	214	-
Propaganda e marketing	-	222	32
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	385	-

	2012		
	<u>Custo dos produtos vendidos</u>	<u>Despesas com vendas</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>
Energia elétrica	6.335	-	239
Água	656	-	78
Telefonia e comunicações	-	-	854
Outras	<u>6.843</u>	<u>2.132</u>	<u>5.335</u>
Total	<u>345.069</u>	<u>27.573</u>	<u>28.840</u>

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outras receitas operacionais:		
Reversão de provisão (REFIS)	-	675
Créditos fiscais extemporâneos (PIS, COFINS e INSS)	3.255	-
Outras	<u>-</u>	<u>9</u>
Total	<u>3.255</u>	<u>684</u>
Outras despesas operacionais:		
Despesas com reestruturação	-	(445)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(117)	(89)
Outras	<u>(74)</u>	<u>326</u>
Total	(191)	(208)
Total	<u>3.064</u>	<u>476</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas financeiras:		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(9.366)	(8.963)
Encargos sobre as debêntures	(4.752)	(4.492)
Despesas bancárias e IOF	(792)	(542)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	(1.771)
Outras	<u>(1.325)</u>	<u>(1.163)</u>
Total	<u>(16.235)</u>	<u>(16.931)</u>
Receitas financeiras:		
Juros sobre mútuo com partes relacionada	5.002	9.783
Rendimentos de aplicações financeiras	180	69
Juros sobre créditos de clientes em atraso	215	731
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	742	-
Outras	<u>336</u>	<u>464</u>
Total	<u>6.475</u>	<u>11.047</u>

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento requer que os segmentos sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais da Companhia é representado pelo Presidente, amparado pela Diretoria Executiva.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1., a partir de 2 de janeiro de 2013 a Companhia incorporou gradualmente aos negócios as atividades da Resinet, empresa comercial com o mesmo controle societário cujo objeto é a revenda de resinas plásticas, principalmente importadas. Como consequência, a Companhia passou a ser administrada sob a ótica de dois segmentos de negócios, cujas informações são geridas com base nos relatórios utilizados pelos principais tomadores de decisão da Companhia, sob a coordenação da Diretoria Executiva.

A Diretoria Executiva efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva de resultado (margem) e a ótica de linhas de produto, a fim de avaliar o desempenho e alocar novos recursos de investimentos.

As informações sobre os negócios somente consideram as transações e os saldos diretamente atribuíveis aos segmentos, que podem ser alocados em bases razoáveis, razão pela qual se restringem à apuração do resultado pela margem de contribuição e não contemplam itens do ativo e passivo, e receitas e despesas corporativas.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são as seguintes:

	<u>Produtos da indústria</u>	<u>Negócios de distribuição</u>	<u>Total</u>
Receita líquida das vendas	372.767	56.869	428.648
Custo dos produtos vendidos	<u>(298.096)</u>	<u>(50.789)</u>	<u>(348.885)</u>
Lucro bruto	74.671	6.080	79.763
Lucro bruto	20%	11%	19%

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia possui compromissos decorrentes, principalmente, de contratos de aquisição de insumos, serviços, arrendamentos de imóveis e outros. Os valores correspondentes a esses compromissos, que não estão refletidos no balanço patrimonial, são demonstrados como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aluguéis de imóveis e depósitos:		
Dentro de um ano	2.203	933
Mais de um ano e menos de cinco anos	8.812	3.730
Energia elétrica:		
Dentro de um ano	5.546	5.242
Mais de um ano e menos de cinco anos	17.747	17.911
Arrendamento mercantil operacional:		
Dentro de um ano	435	211
Mais de um ano e menos de cinco anos	801	841
Total	<u>35.544</u>	<u>28.868</u>

24. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos de mútuo com partes relacionadas

<u>Ativo não circulante</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Duge Participações Ltda.	<u>86.085</u>	<u>81.084</u>

Referem-se ao contrato de mútuo firmado em 2 de agosto de 2010, no valor de R\$59.000, para possibilitar o pagamento da aquisição das ações representativas de 50% do capital social da Companhia (vide comentários na nota explicativa nº 1.2.), remunerado pela variação da Taxa Referencial - TR, acrescida de juros de 6,17% ao ano, com vencimento previsto para 3 de dezembro de 2020. A realização do crédito está suportada, substancialmente, pela compensação de dividendos futuros a serem distribuídos com base nos resultados da Companhia, consoante o plano de negócios mencionado na nota explicativa nº 1.3., a partir do momento em que a Companhia absorver seus prejuízos acumulados.

b) Saldos a receber e a pagar decorrentes de transações com partes relacionadas

	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a pagar</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resinet Importação e Exportação S.A.	=	<u>58</u>	<u>1.657</u>	=

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo a receber da Resinet está incluído na rubrica “Contas a receber - clientes no País” (nota explicativa nº 6).

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo total a pagar à Resinet é composto por: R\$9 de contas a pagar por transações de compras de estoques, incluído na rubrica “Fornecedores nacionais” (nota explicativa nº 10) e R\$1.648 por compra de bens do ativo imobilizado, registrado na rubrica “Partes relacionadas”.

c) Transações com partes relacionadas

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Venda de produtos/ receitas financeiras		Compra de produtos/ bens de imobilizado/ despesas financeiras	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Duge Participações Ltda.	5.001	9.783	-	-
Resinet Importação e Exportação S.A.	<u>53</u>	<u>6.442</u>	<u>13.666</u>	<u>504</u>
Total	<u>5.054</u>	<u>16.225</u>	<u>13.666</u>	<u>504</u>

Em 31 de dezembro de 2013, exceto pelos avais concedidos pelos acionistas para suportar os empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Companhia não possuía outros avais e garantias relacionados a partes relacionadas.

d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração total, incluindo encargos sociais e bônus referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Conselho de Administração- Remuneração e encargos	565	516
“Chief Executive Officer - CEO” e Diretoria Executiva:		
Salários com encargos	5.491	4.822
Gratificações e benefícios	1.722	510

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Ramo</u>	<u>Importância segurada</u>
Incêndio e avarias de bens do imobilizado e estoques	63.405
Lucros cessantes	19.500
Crédito (perdas com recebíveis de exportação)	25.000
Transportes nacional e internacional	4.000
Responsabilidade civil (D&O)	15.000

26. OUTROS ASSUNTOS

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa RFB nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014.

Com o objetivo de garantir a neutralidade tributária estabelecida nos artigos 15 e 16 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a Administração da Companhia optará pela adoção antecipada supramencionada tão logo disponibilizados e normatizados os procedimentos para essa adoção.

No que se refere aos valores relativos a dividendos pagos ou a pagar após a publicação da referida Medida Provisória relacionados ao resultado apurado do exercício de 2013, a Administração da Companhia concluiu que não serão superiores aos que seriam apurados em consonância com os métodos e as práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, uma vez que a Companhia registrou prejuízos substanciais em suas operações durante o referido período; portanto, não devendo incidir sobre eles nenhum encargo tributário.

A Administração da Companhia continua analisando outros eventuais impactos decorrentes da referida Medida Provisória, mas, em conjunto com seus assessores legais, entende que não existirão impactos fiscais materiais decorrentes da edição da referida Medida Provisória.

27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Conforme mencionado na nota explicativa nº 24, em 27 de dezembro de 2013 a Companhia adquiriu de sua parte relacionada Resinet bens do ativo imobilizado no montante de R\$1.648, sem efeito caixa.
